QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: CLÁUSULAS PADRONIZADAS PARA QUALQUER MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Se as peculiaridades de determinado objeto exigirem a inclusão em um edital de licitação padronizado por esta Procuradoria, entre as condições de habilitação, de requisitos de qualificação econômico-financeira originalmente inexistentes, poderá ser introduzido o texto seguinte, o qual corresponde ao habitualmente empregado em editais padronizados para outros objetos:

* 1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
		1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
			1. No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.
			2. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.
			3. No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.
			4. Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).
			5. Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.
		2. Para ser habilitado o Licitante deverá alcançar o Índice de Liquidez Geral - ILG, o Índice de Solvência Geral – ISG e o Índice de Liquidez Corrente – ILC igual ou maior do que 1,00 (um), apurados a partir dos dados expressos no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, pelas fórmulas seguintes:

$$ILG= \frac{ATIVO CIRCULANTE \left(AC\right)+REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE \left(PC\right)+PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG= \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE \left(PC\right)+PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

* + - 1. As memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo licitante à documentação relativa à qualificação econômico-financeira.
			2. Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um) em qualquer dos índices referidos serão considerados habilitados se, conjuntamente com os documentos de habilitação, comprovarem patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) ou prestarem garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, considerado o período de doze meses.
		1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.
			1. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.
			2. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

OBSERVAÇÕES:

(1) Desde que as alterações na minuta padronizada se limitem à inclusão dos tópicos deste arquivo, não será necessário o encaminhamento para análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado;

(2) Essas cláusulas padronizadas poderão ser utilizadas, inclusive, nas licitações na modalidade pregão eletrônico.

(3) Será necessária a justificativa no processo a propósito da exigência dos índices contábeis, assim como que se trate de compras para entrega futura, obras ou serviços, nos termos dos §§ 1º, 2º e 5º do art. 31 da Lei 8.666/1993. Sobre a Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em valor superior a 1,00 (um), poderá ser útil na elaboração da justificativa consultar a Instrução Normativa MARE 05/1995 (item 7.1, V).